



Comitê de Priorização do Primeiro Grau
Ata de Reunião Ordinária

Data: 25.11.16

Local: Sala 506-B

Presenças:

Membros titulares: Juízes do Trabalho Andréa Saint Pastous Nocchi e Tiago Mallmann Sulzbach e servidores Aldo da Silva Jardim e Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Membros suplentes: Juízes do Trabalho Cloceimar Lemes Silva, Giani Gabriel Cardozo e Ana Julia Fazenda Nunes e servidores Leandro Ribeiro Rucks e Luiz Eduardo de Freitas

Representante AMATRA IV: Juíza do Trabalho Carolina Hostyn Gralha Beck

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 14h

Hora de término: 16h20min

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de 2016, às 14 horas, ocorreu reunião ordinária do Comitê de Priorização do Primeiro Grau, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pela Exma. Juíza Auxiliar da Presidência, Andréa Saint Pastous Nocchi, conforme relato que segue: a Dra. Andréa iniciou a reunião fazendo um breve relato da implementação do Comitê de Priorização do Primeiro Grau neste Tribunal. Informou que a Exma. Desembargadora-Presidente, Beatriz Renck, entende que os dois Juízes indicados pela Administração devem ser os coordenadores do Comitê, mas na sua opinião a decisão deve ser democrática. Por essa razão, questionou aos presentes se havia interessados em assumir a coordenação ou se poderiam seguir o entendimento da Presidente. Não houve registro de interessados em assumir a coordenação. **Os presentes concordaram com o encaminhamento proposto pela Presidente, sendo nomeada como coordenadora, a Juíza Auxiliar da Presidência, Andréa**

Apoio e Documentação: Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais

E-mail: age@trt4.jus.br

Telefone: (51)3255-2265

Documento validado eletronicamente

Saint Pastous Nocchi, e como coordenador suplente, o Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocezar Lemes Silva. O servidor Ruy Bittencourt solicitou o registro de que esse critério não seja estanque. Na sequência, a Dra. Andréa submeteu aos presentes o **regulamento interno** do comitê, criado pela composição anterior. **Após exame, o Comitê deliberou por alterar a periodicidade das reuniões ordinárias para mensais (art. 4º). Demais alterações poderão ser propostas ao longo do trabalho.** A seguir, foram **agendadas as reuniões mensais do primeiro semestre do ano de 2017: 10 de Fevereiro, 03 de Março, 07 de Abril, 05 de Maio e 02 de Junho, sempre às 14 horas, na sala 506-B do prédio-sede.** A Assessoria de Gestão Estratégica ficará encarregada de tomar as providências necessárias e enviar os convites aos integrantes por meio do correio eletrônico. Eventuais alterações serão previamente informadas. Na sequência, a Dra. Andréa passou a palavra a cada um dos integrantes presentes para que se apresentassem, discorressem sobre suas experiências profissionais e suas expectativas junto ao Comitê. Ruy iniciou falando da sua experiência profissional no Tribunal e junto ao SINTRAJUFE-RS. Defendeu que o Comitê se debruce sobre o seu conjunto de atribuições, de acordo com a Resolução CNJ nº 194/2014. Pediu a criação de políticas permanentes de valorização do primeiro grau. Disse que o seu mandato é coletivo, representando toda a categoria de servidores. A seguir, Aldo se apresentou e defendeu a necessidade de se acabar com essa impressão de que o Tribunal não é uma instituição unida, pois existe rivalidade entre primeiro e segundo graus. Defendeu a união de todos. Informou que se inscreveu para participar do Comitê em razão da sua experiência junto ao primeiro grau, a qual contribuirá com o grupo. O Dr. Tiago se apresentou e endossou a fala do servidor Ruy em relação à importância da valorização do primeiro grau com ações permanentes. Disse que decisões tomadas no âmbito do Comitê de forma democrática devem ser respeitadas e implementadas. O Dr. Clocezar fez a sua apresentação e falou da sua experiência e como pretende contribuir com o Comitê, a partir da sua

experiência como Juiz do Trabalho e sua atuação junto à Corregedoria. A Dra. Ana Julia se apresentou e disse que desde o seu primeiro contato com a Justiça do Trabalho sempre foi muito bem acolhida. Foi servidora e agora é Juíza. Na condição de Juíza do Trabalho, disse que sente mais do que nunca as dificuldades e a necessidade de melhoria no primeiro grau, pois, na época em que foi servidora, trabalhou apenas no segundo grau e, agora, atuando no primeiro grau, vê a diferença entre as instâncias. O seu objetivo é contribuir com os objetivos do Comitê. O Dr. Giani se apresentou, disse que já foi servidor e que o TRT4 é o terceiro Tribunal em que trabalha. Por essa razão, afirmou possuir bastante experiência, inclusive podendo contribuir com experiências dos outros Tribunais em que trabalhou. Após, Leandro se apresentou e disse que o Comitê é uma importante ferramenta de auxílio ao primeiro grau. Defendeu que, independentemente do futuro da política de priorização do primeiro grau junto aos Tribunais superiores, o TRT4 deve manter o Comitê de forma permanente. Falou das dificuldades atuais no trabalho das varas do trabalho, que ainda esperam muitas melhorias e otimização do trabalho no processo eletrônico. Relatou dificuldades enfrentadas diariamente, citando como exemplos o trabalho em dois sistemas (legado e processo eletrônico), o aumento da demanda e, conseqüentemente, do trabalho. Afirmou que essas dificuldades são compartilhadas por outros colegas diretores de secretaria. Luiz Eduardo se apresentou, falou da sua experiência como diretor de secretaria e que, atualmente, exerce a presidência do CODITRA. Relatou que, atualmente, para se manter um padrão satisfatório de uma secretaria, é necessária carga horária de dez e doze horas e trabalho aos finais de semana. O seu objetivo dentro do Comitê é contribuir para o aprimoramento da gestão das unidades judiciárias de primeiro grau, produzindo mais e melhor. A Dra. Carolina se apresentou e falou da sua atuação junto à AMATRA IV. Disse que participa do Comitê como representante da AMATRA IV desde o final da composição anterior e acompanhou a implementação da proposta do segundo assistente. Na sua opinião, a finalidade do Comitê é unir

magistrados e servidores naquilo que é o nosso dever: prestar a jurisdição. Defendeu que os integrantes do Comitê atuem de forma conjunta. Disse que, segundo parâmetros do CNJ, a produção de sentenças do TRT4 é baixa, por isso surgiu a proposta da implementação do cargo de segundo assistente. Opinou pelo trabalho conjunto, de forma transparente e democrática, ainda que não se atinjam totalmente idéias e propostas individuais. A Dra. Andréa iniciou sua fala relatando sua experiência junto à Administração do Tribunal, inicialmente na Corregedoria e agora na Presidência. Disse que percebe o agravamento da situação da Justiça do Trabalho, o que se reflete na precarização do trabalho. Embora seja evidente as dificuldades enfrentadas no primeiro grau, a sua experiência demonstra que os problemas são menores do que os enfrentados no passado. Falou do corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho neste ano, o que impossibilitou a nomeação de Juízes e servidores. Na condição de Juíza Auxiliar da Presidência, disse que todos os esforços da Presidente tem como objetivo a priorização do primeiro grau, exemplificando a nomeação de servidores ocorrida após a verba suplementar recebida, explicando que todos os novos colegas foram nomeados para o primeiro grau. Afirmou que a implementação da FC04 para o primeiro grau não agradou a todos, mas é fato concreto que essa Administração está empenhando todos os esforços possíveis na priorização do primeiro grau. Foi objeto de rápido debate durante a reunião a medida judicial tomada pelo SINTRAJUFE-RS contra a implementação da função destinada ao segundo assistente, que teve liminar favorável pelo CSJT. O Dr. Tiago e Dra. Carolina afirmaram que a decisão desagradou muitos colegas e servidores. Defenderam que decisões tomadas de forma democrática no âmbito do Comitê devem ser respeitadas. O Dr. Tiago manifestou a sua preocupação de que a decisão do CSJT implique em perda de recursos para os próximos anos, caso aprovada a PEC 55. Disse que há muitos colegas e servidores preocupados e descontentes. Propôs o debate da questão. O Dr. Giani acompanhou a fala. O Dr. Cloceimar relatou que acompanhou a época em que o primeiro grau perdia

servidores para o segundo, mas isso acabou nessa gestão. Citou medidas da Administração sobre remoção de servidores. Disse que o Comitê é importante no sentido de poder propor políticas permanentes que tenham continuidade a cada troca de gestão. Em relação ao segundo assistente, lembrou que o caráter do Comitê é propositivo, ou seja, a decisão final sempre caberá à Administração, tal como aconteceu no caso do segundo assistente. Ruy pediu a palavra para dizer que o SINTRAJUFE-RS respeita as decisões tomadas de forma democrática. A medida judicial contra a implementação da FC04 foi tomada de forma democrática entre os sindicalizados. O sindicato está sempre aberto ao diálogo e disposto a contribuir, ainda mais quando há confluência de interesses, citando a participação da entidade no ato em defesa da Justiça do Trabalho, agendado para a próxima segunda-feira. A Dra. Andréa e o Dr. Cloceimar disseram que essa questão já foi debatida exaustivamente durante a composição anterior do Comitê e que essa não é mais a instância para se debater a questão, até porque a medida implementada pela Administração, que foi objeto de ação por parte do Sindicato, não foi a elaborada pelo Comitê. Por isso, sugeririam que se ‘vire a página’ e que os novos integrantes do Comitê se debrucem sobre questões ainda pendentes. O Dr. Tiago reforçou a sua preocupação com a possível perda de orçamento e com a situação de servidores que mudaram suas vidas para assumirem a função e que estão preocupados com o futuro. Luiz Eduardo pediu a palavra para dizer que a construção da proposta do Comitê para implementação do segundo assistente contou, ao final, com o apoio dos diretores de secretaria, uma vez que previa a destinação de cargos e funções, mas a proposta implementada pela Administração foi diferente e causou preocupação aos diretores. Apesar disso, trabalharam da melhor forma para operacionalizar e implementar a medida. Disse que, na condição de gestor, é muito ruim esse ‘vai e vem’. Concordou que a discussão não cabe no âmbito do Comitê. Defendeu a retomada da discussão sobre a redução do horário de atendimento nas varas do trabalho. Leandro concordou com as ponderações de Luiz Eduardo. Questionou a Dra.

Andréa sobre quais medidas a Presidência está tomando em relação à decisão liminar proferida pelo CSJT. A Dra. Andréa respondeu que está atuando como Coordenadora do Comitê e não como Juíza Auxiliar da Presidência e não possui autorização para falar sobre possíveis medidas a serem tomadas pela Presidência, mas que a Presidente Beatriz esteve em Brasília tratando do assunto e que tomará as medidas que entender cabíveis. A seguir falou da perspectiva negativa em relação ao orçamento para o ano que vem e que só teremos notícias mais concretas em Janeiro. Reafirmou o compromisso da Presidente com o primeiro grau. A Dra. Ana Julia referiu que a redução no horário de atendimento por conta do corte orçamentário resultou em otimização do trabalho dentro das secretarias e que os servidores relatam que seria essa redução de forma permanente seria de muita ajuda. **A Dra. Andréa requereu que a Assessoria de Gestão Estratégica envie aos novos integrantes cópia do processo administrativo que trata da proposta.** O Dr. Tiago perguntou se houve interferência por parte da OAB para a retomada do horário anterior de atendimento. A Dra. Andréa respondeu que não porque a redução no horário decorreu pelo corte orçamentário e não pela proposta do Comitê. Por essa razão, a retomada do horário normal foi decidida por conta dos recursos suplementares recebidos. Sobre esse tema, foi unânime o entendimento dos integrantes do Comitê que a utilização do processo eletrônico diminui o atendimento presencial, sendo possível reduzir o horário de atendimento. Na sequência, o grupo debateu algumas sugestões para atuação, tendo sido citadas a criação de mais uma sala de audiências para as varas do trabalho, ou, na impossibilidade, a criação de algumas salas adicionais para utilização mediante escala; a alteração do *layout* das secretarias das varas do trabalho, a ampliação do núcleo de execução do JACEP, que contribui com o trabalho das varas do trabalho e o estudo dos impactos do PJe-JT nas rotinas de trabalho. **Ao final da reunião, a Dra. Andréa solicitou à Assessoria de Gestão Estratégica o envio da compilação de sugestões de atuação recebidas de magistrados e servidores, sendo excluídas aquelas já**



superadas devido à implementação da FC04 nas secretarias das varas, bem como as referentes às alterações no regime de lotação dos Juízes.

Reunião encerrada às 16h20min. Ata redigida pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada eletronicamente para validação~~~~~